

PROCESSO	- A. I. Nº 09023038/01
RECORRENTE	- JTB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA LTDA.
RECORRIDO	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 2ª JF nº 2187-02/01
ORIGEM	- IFMT-DAT/METRO
INTERNET	- 20.02.02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0048-12/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. OPERAÇÕES DE VENDAS SEM EMISSÃO DO DOCUMENTO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA. A legislação prevê a aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória aos estabelecimentos que forem identificados realizando operações sem emissão da documentação fiscal. Infração comprovada. Arguição preliminar de nulidade rejeitada. Mantida a Decisão Recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário apresentado tempestivamente, pelo sujeito passivo, na forma prevista no art. 169, I, “b” do RPAF/99, através de seus representantes legais, devidamente qualificados nos autos, contra a decisão proferida no Acórdão da 2ª JF nº 2187-02/01 que julgou Procedente o Auto de Infração nº 000902.303-8/01.

A autuação efetuada pela fiscalização do trânsito de mercadorias aponta a falta de emissão de documento fiscal em operações de vendas de mercadorias a consumidor final, tomando por base a Auditoria de Conta “Caixa”, a fl. 9 dos autos.

O julgamento fiscal ora hostilizado afastou a nulidade suscitada pelo autuado, e considerou que o Termo de Auditoria de Caixa constante dos autos e demais elementos acostados ao processo, se constituíam prova suficiente do cometimento da infração.

Considerou ainda que a defesa não apresentou elementos que fundamentassem as suas alegações consoante determina o art. 123 do RPAF/99, julgando Procedente a ação fiscal.

A peça recursal traduz o inconformismo do recorrente arguindo que a autuação baseou-se em presunção, que teria sido elidida desde a sua impugnação. Considerou arbitrária a ação do agente fiscal e do julgador de 1ª Instância. Cita princípios constitucionais da moralidade e impessoalidade. Argui que a função orientadora e educacional deve ser realizada pelos agentes do Fisco.

Contesta a intimação por e-mail. Alega inexistência de prejuízo ao erário público. Assevera que os requisitos formais previstos no RPAF/99 não foram observados e por fim requer a nulidade do Auto de Infração.

A PROFAZ emite Parecer opinativo à fl. 61 dos autos, onde conclui que não procede as alegações do recorrente, por entender que a ação fiscal está em acordo com a lei e instruída com os elementos comprobatórios que autorizam a apenação.

Observa que as intimações via e-mail referidas pelo recorrente não ensejaram a autuação, e são apenas elementos que demonstram que o Fisco teve a intenção de orientar o contribuinte.

Referente ao argumento de que não houve prejuízo para o erário, lembra que a autuação é por descumprimento de obrigação acessória. Ao final opina pelo Não Provimento do Recurso.

VOTO

Preliminarmente analiso a argüição de nulidade levantada pelo recorrente, para rejeitá-la uma vez que do exame dos elementos que informam o processo ora em exame constato que o mesmo está regular.

As alegações de irregularidade na intimação de que teria ocorrido via e-mail são infundadas, posto que examinando detidamente os elementos constantes dos autos, à fl. 12, verifiquei que a mesma é apenas um documento enviado para o Inspetor Fazendário, relativo à comunicação interna quanto a situação da empresa ora recorrente, não representando a forma de intimação prevista no art. 108 e seus incisos do RPAF/99, como quer fazer crer o recorrente.

Assim corroboro com o entendimento da PROFAZ de que a mesma deve ser afastada.

No mérito, o recorrente limitou-se a argüir que caberia ao Fisco orientar a empresa, apontando as falhas e indicando qual o procedimento que a mesma deve ter no cumprimento da legislação estadual. Contudo não contesta objetivamente a acusação fiscal quanto as operações de vendas de mercadorias a consumidor final sem emissão de documento fiscal, fato comprovado com os documentos de fls. 3 a 11 dos autos.

Deste modo, não trazendo na peça recursal nenhum elemento de prova capaz de elidir a autuação considero que a Decisão Recorrida deve ser mantida, posto que efetivamente o contribuinte descumpriu a legislação estadual quando esta determina a emissão da nota fiscal pelo contribuinte sempre que realizar operação ou prestação de serviços sujeitos à legislação do ICMS (art. 201 inciso I do RICMS/97).

Nestas condições, a aplicação da multa por descumprimento da obrigação acessória, prevista no art. 42, inciso XIV-A da Lei nº 7.014/96, justifica-se e deve portanto ser mantida.

Em razão do exposto, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho da Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 09023038/01**, lavrado contra **JTB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$600,00**, prevista no art. 42, XIV-A, da Lei nº 7.014/96, alterada pela Lei nº 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de Fevereiro de 2002.

JOSÉ CARLOS BOULHOSA BAQUEIRO - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

IVONE DE OLIVEIRA MARTINS - RELATORA

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO - REPR. DA PROFAZ